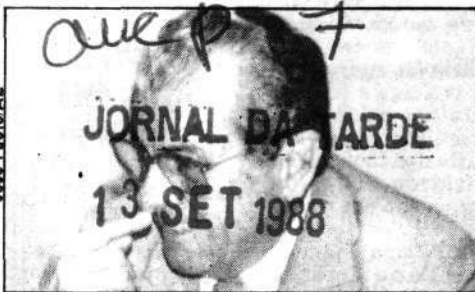


Erros podem atrasar a nova Carta

A Comissão de Redação da nova Constituição brasileira faz hoje às 9h sua primeira reunião cercada de desconfiança e com cinco membros a mais que o previsto inicialmente, como forma de apurar as possíveis arestas. "Tem filólogo demais nesse Congresso", dizia o co-presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), desconfiado de que se pretendem mudanças mais que redacionais com as substituições de vírgulas por pontos ou com a retirada de palavras. O senador pretende apresentar duas sugestões que atrasam um pouco o calendário de promulgação da nova Carta.

A primeira alteração proposta por Passarinho é de que todas as matérias novas que surgirem do trabalho da Comissão de Redação sejam apreciadas numa votação particular, e não já dentro da votação do texto final da Constituição. Essas matérias novas seriam votadas um dia antes da votação do texto final, em bloco e em dois turnos.

Pelo mesmo motivo, Passarinho está propondo que se altere a data da votação global do texto da Constituição, marcada para o dia 22 de setembro. O receio de Passarinho é que sejam apresentadas pelos



Passarinho: excesso de filólogos.

constituintes muitas emendas redacionais. Os constituintes terão dois dias para apresentar emendas (16 e 17 de setembro), e a Comissão de Redação terá dois dias para apreciá-la. "Dificilmente haverá emendas iguais, que possam ser votadas em bloco. Se o número de emendas for muito grande, não haverá tempo de a comissão apreciar tudo", prevê Passarinho.

Das 57 alterações sugeridas pelos relatores à Comissão de Redação, Passarinho só discorda de quatro. Duas porque prefere a redação atual. As outras duas, porém, porque alterarão o mérito da Carta, extrapolando o trabalho da Comissão de Reda-

ção. São as sugestões sobre a questão de omissão da propriedade dos bens do Distrito Federal bem como sobre o pagamento de Imposto de Renda pelo presidente, o vice e os ministros. "Nesses dois casos, não se configura unicamente omissão ou esquecimento", considera o senador.

Para impedir que se forcem alterações desse tipo, desde a semana passada, Passarinho vinha apontando para a falta de proporcionalidade da Comissão de Redação (enquanto o PFL tinha apenas dois membros, o PL e o PC do B, que têm bancadas bem menores, tinham direito a um). Pequenos partidos poderiam agora interferir para alterações no texto que, diante da correlação de forças no plenário, não tinham conseguido antes. "A esquerda estava muito forte. Agora, não está menos forte. Mas deu-se aos maiores partidos um peso mais próximo do seu peso real dentro da Assembleia Nacional Constituinte", afirma Passarinho. Assim, a bancada do PMDB na comissão ganhou três membros (Luiz Henrique, Albano Franco e Marcos Lima), passando de cinco para oito titulares. A do PFL ganhou dois novos constituintes (José Lins e Paes Landim), passando de dois para quatro membros.